

INSTRUMENTOS DE CAPITAL DE GIRO: UM ESTUDO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA CIDADE DE NOVA HARTZ/RS

Andriéli Taíne Arnold autor 1andrielitainearnold@gmail.com

Andréia Gabriela Arnold autor 2 deia-arnold@hotmail.com

Dusan Shreiber autor3 dusan@feevale.br

Resumo:

O presente trabalho teve como objetivo identificar os principais instrumentos utilizados pelas micro e pequenas empresas da cidade de Nova Hartz/RS, na gestão do capital de giro. Para atingir o objetivo, realizou-se uma pesquisa, tipo *survey* aos gestores de 88 empresas de micro e pequeno porte do ramo da indústria e comércio. Os resultados apontaram que, tratando-se da administração de estoques, a maioria das empresas possuem planejamento, conhecimento sobre os níveis ideais e sobre os custos. Sobre a administração do disponível e de contas a receber, fazem uso de fluxo de caixa, conhecem e mantêm um caixa mínimo e possuem políticas de análise de crédito e de cobrança. Constatou-se, entretanto, que os seus prazos de recebimento das vendas são maiores que os de cobrança das compras, resultando em um ciclo de caixa longo e demorado, e na necessidade de eventuais aportes de recursos externos. Também, não há, na maioria das empresas uso de monitoramento de contas a receber, e os índices de inadimplência podem ser considerados elevados.

Palavras chave: Capital de giro. Micro e pequenas empresas. Instrumentos.

Working capital instruments: a study of micro and small companies in the city of Nova Hartz

Abstract

This study was aimed to identify the main instruments used by micro and small businesses in the city of Nova Hartz/RS, in working capital management. To achieve the goal, was carried out a survey by questionnaire to the managers of 88 companies of micro and small size of the industry and trade sector. The results showed that, in the case of inventory management, most companies have planning, knowledge about optimal levels and costs. About management of the available money and accounts receivable, they make use of cash flow, they know and maintain a minimum cash and have the credit analysis and collection policies. It was found, however, that their sales receipt deadlines are greater than the collection of purchases, reflecting the long cash cycle and time-consuming, and the need for any external resources. Also, there is not, in most companies use of monitoring accounts receivable, and default rates are considered high.

Key-words: Working capital. Micro and small businesses. Instruments.

1.Introdução

O capital de giro de uma empresa é composto por seus recursos correntes, sendo estes, as disponibilidades, valores a receber e estoques, ou seja, todos os bens que possam ser convertidos em caixa em um curto prazo de tempo. Estes recursos correntes, juntamente com as fontes de financiamento de curto prazo, como empréstimos, fornecedores, duplicatas a pagar, tem a finalidade de financiar o ciclo operacional da organização. Independente do ramo, objetivos ou fins de uma empresa, seu ciclo operacional compreenderá todas as suas atividades rotineiras, desde a compra da matéria prima, até o recebimento das mercadorias vendidas, no caso de uma empresa comercial. (CHIAVENATTO, 2005)

O controle eficaz do capital de giro é uma questão importante para os administradores e proprietários de micro e pequenas empresas. Elas representam uma parte significativa das organizações formais do país e desempenham um papel importante na formação de empregos e na economia. De acordo com uma pesquisa realizada pelo SEBRAE em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), no ano de 2011, as micro e pequenas empresas atingiram uma participação de 27% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, demonstrando que juntas, as organizações pequenas são decisivas para a economia e para o desenvolvimento do país.

Através da gestão correta dos instrumentos de controle de capital de giro em sua totalidade, como administração de estoques, de contas a receber, contas a pagar, do disponível, entre outros, é possível alcançar o equilíbrio e a saúde financeira, uma vez que terá condições para honrar com seus compromissos dentro do prazo exigido, sem a necessidade de recorrer a empréstimos bancários, por exemplo. Com um funcionamento sustentável, a empresa conseguirá manter-se competitiva ao enfrentar a concorrência, poderá aumentar sua lucratividade, fazer investimentos mais seguros e consequentemente, preserva-se no mercado em que está inserida. (ASSAF NETO E SILVA 2011)

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo identificar os principais instrumentos que estão sendo utilizados na gestão do capital de giro das micro e pequenas empresas da cidade de Nova Hartz/RS. A cidade de Nova Hartz está situada no estado do Rio Grande do Sul, pertence à mesorregião metropolitana de Porto Alegre, tem 62,558 km² de extensão, segundo IBGE 2016 tem 20.225 habitantes.

Este estudo justifica-se pela importância que um gerenciamento correto tem para a saúde financeira da empresa e sua sobrevivência à longo prazo, e pela visível necessidade de gestores de micro e pequenas empresas conhecerem suas finanças e os instrumentos eficazes para geri-las.

Para atingir o objetivo desta pesquisa, a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho deu-se através da elaboração de um questionário aplicado a 88 empresas de micro e pequeno porte da cidade de Nova Hartz/RS e, a partir das respostas obtidas, realizou-se uma análise dos dados que serviram de base para a obtenção dos resultados. Deste modo o presente estudo, do ponto de vista de sua natureza, classifica-se como aplicada e descritiva quanto aos objetivos. No que diz respeito aos procedimentos técnicos, apresenta-se como pesquisa bibliográfica, estudo de campo e levantamento (survey), abordando o problema de forma qualitativa e quantitativa.

Quanto à sua estrutura, a fundamentação teórica está dividida em dois capítulos, onde primeiramente é tratado sobre a administração financeira, o segundo capítulo trata das características das micro e pequenas empresas e sua relação com o capital de giro.

A metodologia utilizada neste trabalho está descrita no capítulo quatro, que discute sobre o tipo de pesquisa quanto à sua natureza, os objetivos, procedimentos técnicos, o universo e a amostragem, a técnica utilizada para a coleta de dados, e para a análise e tratamento dos mesmos. O capítulo cinco abrange a apresentação e discussão dos resultados, e por fim, o capítulo seis, trata das considerações finais.

2.Administração financeira

A administração financeira é a área da administração responsável pelos recursos financeiros de uma empresa. Seu objetivo é a rentabilidade e a liquidez, ou seja, busca o melhor retorno possível dos investimentos e a sua rápida conversão em dinheiro. É uma das atuais áreas empresariais mais importantes na condução das empresas à excelência e ao sucesso, através de sua rentabilidade. O balanço contábil e todas as demonstrações financeiras do negócio são

ferramentas na avaliação deste sucesso empresarial pelo mercado, e dessa forma, “o executivo de negócios, o investidor e também todo aquele que lida com números precisam conhecer as bases da administração financeira para ter uma ideia segura a respeito de seus indicadores” (CHIAVENATTO, 2005, p. 1).

O papel a ser desempenhado pela administração financeira depende do porte da empresa. Em uma empresa pequena, geralmente não há um órgão específico responsável pela administração das operações financeiras, sendo, normalmente, o proprietário quem executa estas atividades.

Silva (2010) classifica estas funções em três dimensões, onde a primeira, diz respeito ao dia-a-dia da organização, consiste em realizar o desconto de duplicatas em bancos, obter empréstimos de curto prazo, fazer aplicações financeiras, ou seja, todas as funções de tesouraria. A segunda dimensão, diz respeito às operações da empresa e ao controle dos demais itens do ativo circulante. Compreende o gerenciamento das duplicatas a receber, originárias do volume de vendas e prazos concedidos, dos estoques, decorrentes das expectativas de vendas e da política de estocagem, e das contas a pagar a fornecedores, que decorrem do volume de compras e das expectativas de vendas da empresa. Estas duas dimensões, relacionadas à tesouraria e as operações, compõe a chamada administração do capital de giro.

Por fim, tem-se ainda, uma terceira dimensão da administração financeira, que se relaciona às decisões. Compreendem decisões de investimento, que são as aplicações de recursos em ativos e os retornos e riscos esperados, as decisões de financiamento, que referem-se às políticas da estrutura de capitais da empresa, e as decisões relacionadas ao pagamento de dividendos aos acionistas, e a maximização de suas riquezas, que é um dos objetivos da administração financeira (SILVA, 2010).

O administrador financeiro é o responsável pela área financeira da empresa em que atua. Sua gestão precisa ser embasada em conhecimentos sólidos sobre esta área, para que tenha segurança em tomar as decisões corretas que proporcionem o aumento do capital da entidade e o melhor retorno possível aos sócios e acionistas e quais investimentos deve implementar na organização e qual o momento certo para eles. Precisa saber como controlar ativos, gerir boas oportunidades, minimizar riscos e aumentar o desempenho, lidando de maneira eficiente com as mudanças que ocorrem dentro e fora da empresa (GROPPELLI; NIKBAKHT, 2006). Para Matias (2007), a principal função dos gestores é maximizar a riqueza dos proprietários através da maximização do valor da organização.

3. Capital de giro

O capital de giro de uma empresa compõe-se de suas riquezas correntes, ou ativos circulantes, sendo estes as disponibilidades, valores a receber de clientes, estoques, todos os bens que possam ser convertidos em moeda em um curto prazo de tempo. Esses recursos, juntamente com as fontes de financiamento, também de curto prazo, passivos circulantes como empréstimos bancários, fornecedores, duplicatas a pagar, tem a finalidade de sustentar as atividades operacionais da organização (MATIAS, 2007).

Assaf Neto e Silva (2011), conceitua que o capital de giro refere-se aos recursos correntes de uma empresa, usados para financiar as necessidades operacionais, desde a aquisição das matérias primas, até o recebimento pela venda dos produtos acabados. “É uma das questões mais importantes, e também uma das mais complexas e abrangentes áreas financeiras de uma organização” (MATIAS, 2007, p. 33). A seguir encontra-se os conceitos das palavras chaves deste estudo.

a)Capital Circulante Líquido (CCL):O capital circulante líquido (CCL) é um indicador de liquidez, calculado a partir das informações extraídas das demonstrações financeiras e tem por objetivo verificar se a empresa possui capacidade de pagar com os compromissos financeiros previamente assumidos. Através dele é possível avaliar quanto a empresa dispõe de recursos próprios a curto prazo, ou seja, reflete sua folga financeira (ASSAF NETO; SILVA, 2012).

b)Ciclo Operacional e Financeiro: O ciclo operacional e o ciclo financeiro servem para mensurar o tempo em que as atividades da empresa acontecem, sendo estes prazos de suma importância na gestão das finanças de curto prazo. O ciclo operacional corresponde ao intervalo de tempo compreendido desde a compra da matéria prima, em caso de indústrias, ou de mercadorias, no comércio, até o recebimento das vendas efetuadas, pelos clientes (ASSAF NETO; SILVA, 2012). Quanto maior for o poder de negociação com fornecedores, menor será o ciclo financeiro da empresa, pois com maior prazo de pagamento ela terá menos necessidade de recorrer a financiamentos para continuar operando. “Pensando em termos de necessidade de capital de giro, o ideal seria que o ciclo financeiro fosse negativo, ou seja, que o recebimento das vendas ocorresse antes do pagamento das compras” (SILVA, 2010, p. 253).

c)Ativos e Passivos circulantes operacionais: Os ativos e passivos circulantes financeiros são aqueles que não apresentam nenhum vínculo direto com as atividades operacionais da empresa, mas que representam suas finanças, como por exemplo, operações de caixa, bancos, aplicações financeiras, empréstimos bancários, financiamentos e outros direitos e obrigações com estas características, a curto prazo. Já os ativos e passivos circulantes operacionais, estão estritamente relacionados com a atividade operacional. São elementos influenciados pelo volume de produção e vendas, e demais características das fases do ciclo operacional (ASSAF NETO; SILVA, 2012).

d)Necessidade de Capital de Giro e Necessidade Total de Financiamento permanente:A necessidade de capital de giro de uma empresa é determinada pela diferença entre seus ativos e passivos operacionais de curto prazo. Ou seja, é a necessidade de recursos que precisam ser investidos para financiar suas operações. Pode ser encontrado em três nomenclaturas diferentes, designando o mesmo conceito, quais são: investimento operacional em giro (IOG), working investment (WI) e Necessidade de capital de giro (NCG) (SILVA, 2010).

e)Saldo do disponível (SD): Para Vieira (2008), quando os recursos de longo prazo não são suficientes para satisfazer a demanda de recursos operacionais, a empresa precisa utilizar fontes de curto prazo para complementar o financiamento de suas atividades. O saldo de disponível é esta fonte de curto prazo e, portanto, pode ser calculado também, pela diferença entre o ativo circulante financeiro e passivo circulante financeiro.

f)Financiamento do capital de giro: Para Machado, Machado e Callado (2015), o financiamento do capital de giro tem se tornado uma área importante da administração financeira, devido aos problemas de liquidez, as mudanças no cenário econômico, e a acirrada competição que a maioria das empresas enfrentam. Sendo assim, Matias (2007) diz que se os recursos disponíveis nos passivos circulantes operacionais não forem suficientes para financiar as aplicações, que correspondem aos ativos operacionais de curto prazo, a empresa apresentará uma necessidade de capital de giro positiva, precisando recorrer a recursos externos para fazer este financiamento.

g)Curto Prazo: Os recursos de curto prazo utilizados para financiar o capital de giro em uma empresa podem ser originários de fontes operacionais, que surgem a partir de suas operações, e de fontes financeiras, quando as atividades operacionais não forem suficientes. As principais fontes operacionais são o crédito de fornecedores, os impostos e obrigações sociais, os

salários e os adiantamentos de clientes. Já as fontes financeiras são representadas pelos empréstimos e demais créditos bancários (MATIAS, 2007). Os empréstimos de curto prazo são, na maioria das vezes, mais rápidos de serem obtidos do que os recursos de longo prazo. Permitem maior flexibilidade na contratação ou na antecipação do pagamento e contêm cláusulas menos restritivas, além de que, as taxas de juros são, em geral, relacionadas ao prazo de contratação da operação, o que pode tornar mais atrativa a contratação de recursos com prazos menores (VIEIRA, 2008).

h) Longo Prazo: Os recursos de terceiros utilizados como financiamento de capital de giro, também podem ser de longo prazo, ou seja, superior a um ano. São oriundos do exigível a longo prazo, como empréstimos, emissão de debêntures, emissão de ações, ou ainda venda de ativos permanentes. Conforme Brigham e Houston (1999), o crédito de longo prazo possui menos riscos e é mais confiável que as fontes de financiamento de curto prazo. Se uma empresa toma um empréstimo de longo prazo, por exemplo, os custos com juros serão mais estáveis ao longo do tempo, ao contrário do curto prazo, onde esses juros podem apresentar grandes flutuações, tornando-se muito altos. Além disso, se a empresa opta por pesados empréstimos a curto prazo, corre o risco de ficar incapacitada de liquidar o que deve, tornando sua posição financeira fraca a ponto de o fornecedor do empréstimo não prorrogar sua dívida, podendo assim, chegar à falência.

i) Administração do disponível: Para Brigham e Houston (1999), uma boa gestão de capital de giro exige a manutenção de uma ampla disponibilidade de caixa por diversas razões específicas. Por exemplo, é importante que a empresa mantenha ativos em moeda suficientes para obter descontos de fornecedores, que costumam oferecê-los para o pagamento antecipado das contas. Saldos adequados de caixa e ativos de liquidez imediata também podem ser favoráveis para a empresa manter sua classificação de crédito, mantendo os índices de liquidez corrente e seca alinhados aos seus concorrentes, junto a fornecedores e bancos.

Chiavenato (2005) afirma que cada empresa tem o seu ciclo de caixa, que pode variar de acordo com o tipo de negócio ou as oscilações do mercado. Todas as movimentações financeiras devem necessariamente estar registradas no fluxo de caixa, o pagamento de fornecedores, o recebimento de vendas, os gastos com despesas, entre outros, para que assim possa ser feita uma análise concreta da situação financeira da empresa, prevendo suas necessidades de recursos a curto prazo, possibilitando ajustes, se necessário, e auxiliando na tomada de decisões para possíveis investimentos (ASSAF NETO; SILVA, 2012).

É importante ressaltar que uma grande parte da administração do disponível diz respeito também a movimentações bancárias, através de recebimentos, pagamentos, troca de cheques, aplicações, ou ainda na obtenção de recursos dos quais a empresa necessitar. Por isso, entender a forma como funciona o sistema bancário, quais os serviços oferecidos e quais as tarifas cobradas, é condição primordial para conseguir mais vantagens ao administrar o caixa da empresa (ASSAF NETO; SILVA, 2012).

j) Administração de contas a receber: Para Assaf Neto e Silva (2012), estas contas existem em praticamente todos os tipos de empresas que tenham operações, vendas e que, para manter-se competitivas no mercado, precisam decidir em não somente vender seus produtos ou serviços à vista, mas também, oferecer crédito aos seus clientes. Esta decisão de conceder crédito afeta diretamente o caixa da empresa, e precisa ser cuidadosamente administrada, pois ela estará prorrogando suas entradas de caixa e gerando custos, mas em contrapartida, possivelmente, aumentando as suas vendas. A existência de vendas a prazo, pode ser considerada um investimento realizado pelo vendedor, justifica-se por ser uma estratégia de mercado, ao proporcionar volumes de vendas maiores do que nas vendas à vista, e um

incentivo, em empresas com alto grau de sazonalidade, para que clientes comprem mais regularmente, diminuindo os efeitos e problemas de vendas concentradas em apenas um determinado período de tempo.

É importante, para isso, manter um sistema de monitoramento destas contas, pois sem o devido controle, os valores a receber podem atingir níveis excessivos, os fluxos de caixa podem diminuir e dívidas incobráveis podem absorver os lucros gerados pelas vendas. Se necessário tomar decisões corretivas, por a situação estar fora de controle, um acompanhamento e bom sistema de controle de valores a receber pode ser essencial (BRIGHAM; HOUSTON, 1999).

De acordo com Brigham e Houston (1999) e Gitman (2010), uma das técnicas populares de se analisar profundamente se um cliente faz jus aos padrões de crédito previamente estabelecidos pela empresa, é chamado de cinco Cs, que são: (1) caráter, onde observa-se o histórico de cumprimento de obrigações pelo solicitante do crédito; (2) capacidade, onde julga-se com base em suas análises financeiras, a capacidade que o cliente teria de honrar com o crédito solicitado; (3) capital, a relação entre a dívida e o patrimônio líquido; (4) colateral, onde é visto os ativos que o solicitante dispõe para dar garantia ao crédito; e (5) condições, onde é analisado as condições econômicas gerais e setoriais.

I) Administração de estoques: Os estoques, uma das contas que constitui grande parte do ativo de curto prazo e que, portanto, está diretamente relacionado ao controle do capital de giro, também necessita de uma gestão eficaz, para que seus níveis estejam sempre otimizados, com giro rápido sem causar perdas e prejuízos à empresa. Para Silva (2010), os estoques são representados, em empresas comerciais, por mercadorias adquiridas para revenda. Já no setor industrial, eles podem ser divididos em estoques de matérias primas, que são produtos a serem utilizados na produção dos bens fabricados pela empresa, em estoques de produtos em processo, que compreende as matérias-primas, mão de obra direta e demais custos que estejam em linha de produção, e em estoques de produtos prontos, que são as unidades produzidas e ainda não vendidas.

Longenecker, Moore e Petty (2011) explicam que a gestão do capital e dos recursos financeiros de curto prazo, é de extrema importância para as pequenas empresas e ao mesmo tempo, uma questão pouco entendida pelos administradores. Boas oportunidades de negócio podem ser danificadas pela gestão ineficiente dos ativos e passivos de curto prazo.

4. Metodologia

Do ponto de vista de sua natureza, pode-se dizer que esta pesquisa é aplicada, pois buscou-se produzir conhecimentos e resultados passíveis de aproveitamento prático, sobre os principais instrumentos que estão sendo utilizados na gestão do capital de giro, em micro e pequenas empresas da cidade de Nova Hartz/RS. Micro e pequenas empresas: Conforme a Lei Complementar 123/06, art. 3º, que trata da definição de micro e pequenas empresas, são consideradas microempresas aquelas cuja receita bruta anual for inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e empresas de pequeno porte aquelas que auferiram receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa aplicada tem como objetivo a geração de conhecimentos para a aplicação prática na solução de questões específicas, além de envolver verdades e interesses locais. Para conceituar, verificar e evidenciar acerca dos principais instrumentos utilizados na gestão do capital de giro em micro e pequenas empresas de Nova Hartz, foi utilizado a pesquisa descritiva. Para Gil (2002, p. 42), as pesquisas descritivas são “as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

Diante de prévio delineamento, a definição do procedimento técnico utilizado para a construção desta pesquisa foi o de pesquisa bibliográfica e *survey*. Conforme Siqueira (2005), a pesquisa bibliográfica é a revisão de um conjunto de livros e obras científicas referentes a um determinado tema, para levantamento e análise do que já foi produzido. Já pesquisas do tipo *survey* têm como vantagens, o conhecimento da realidade de maior número de organizações, economia, rapidez e quantificação (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa caracteriza-se como quantitativa. Prodanov e Freitas (2013), definem a pesquisa quantitativa como aquela que envolve o uso de métodos e técnicas estatísticas. Traduz em números opiniões e informações para então classificá-las e analisá-las (PRODANOV; FREITAS, 2013). Nesta perspectiva a presente pesquisa, busca a compreensão da realidade das empresas, de micro e pequeno porte, localizadas na cidade de Nova Hartz, quanto à forma de gerir o capital de giro.

5. Apresentação e discussão dos resultados

Os 88 questionários enviados, foram respondidos por 51 microempresas, e 37 empresas de pequeno porte, representando 58% e 42% do total de respondentes, respectivamente. As microempresas, conforme Lei Complementar 123/06, art. 3º, são aquelas cuja receita bruta anual for inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e empresas de pequeno porte aquelas que auferiram receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Perguntou-se ao respondente, qual a melhor definição para o termo capital de giro. Diante disso, 26% das respostas apontaram que capital de giro são os bens da empresa que possam se transformar em caixa (dinheiro) em um curto período de tempo, 14% responderam que capital de giro são todos os bens e obrigações da empresa e 60% das respostas indicaram que a melhor definição para o termo capital de giro são todos os bens da empresa que possam se transformar em caixa em um curto período de tempo e que estejam ligados às operações da empresa. Esta última opção, e também a mais respondida entre os questionários coletados, é a definição mais completa entre elas, e está de acordo com o que diz Assaf Neto e Silva (2011), que conceituam o capital de giro como os recursos correntes de uma empresa, usados para financiar as necessidades operacionais, desde a aquisição das matérias primas, até o recebimento pela venda dos produtos acabados.

Questionou-se os respondentes sobre os recursos próprios de capital de giro que a empresa possui, o qual sustenta o ciclo operacional. Diante das opções, 24 empresas, representando 27% do todo, responderam que seus recursos próprios são suficientes e sempre conseguem operar sem recorrer a fontes externas, 14 empresas, ou seja, 16% do todo, responderam possuir recursos insuficientes, necessitando sempre recorrer a valores com terceiros para operar. A grande maioria, 57% ou 50 empresas, apontaram ter recursos próprios de capital de giro variáveis, precisando eventualmente recorrer a fontes externas como empréstimos e financiamentos.

Matias (2007), trata sobre isso quando diz que se os recursos disponíveis nos passivos circulantes operacionais não forem suficientes para financiar os ativos circulantes também operacionais, a empresa apresentará uma necessidade de capital de giro positiva, precisando recorrer a recursos externos para fazer este financiamento. Ressalta-se ainda, conforme o mesmo autor, que quer sejam recursos próprios ou de terceiros, é importante que haja uma boa gestão deste capital, pois é ele que mantém o ciclo operacional da empresa, e este, se bem administrado e dimensionado, permite a geração de liquidez e lucratividade suficientes para a sobrevivência e prosperidade da organização.

As respostas apresentadas nesta questão, podem ser ainda analisadas em conjunto com a questão seguinte. Nem sempre é possível financiar o capital de giro de uma empresa somente com suas atividades operacionais, como alternativa a isso ocorrem os financiamentos por fontes financeiras. Esta questão visou identificar os tipos de fontes externas financeiras utilizadas por aquelas empresas que necessitam de recursos de terceiros.

Como 27% das empresas apontaram que conseguem operar sem recorrer a fontes externas, na questão anterior, os mesmos 27% nesta questão, concordaram com a não aplicação da pergunta. Das 14 empresas que responderam possuir recursos próprios insuficientes para operar, e que sempre recorrem a valores de terceiros, 6 delas utilizam empréstimos e financiamentos superiores a um ano, ou seja, de longo prazo, e 8 delas utilizam empréstimos e financiamentos inferiores a um ano, curto prazo. Das 50 empresas onde os recursos próprios são variáveis e eventualmente necessitam recorrer a fontes externas, 24 delas responderam que utilizam empréstimos e financiamentos de curto prazo e 26 de longo prazo.

Visto que o número de empresas, entre as respondentes, que recorre a financiamentos e empréstimos de curto e longo prazo são os mesmos, é importante ressaltar que os dois tipos de prazos possuem seus prós e contras. Na opinião de Vieira (2008), os empréstimos de curto prazo são, na maioria das vezes, mais rápidos de serem obtidos do que os recursos de longo prazo. Permitem maior flexibilidade na contratação ou na antecipação do pagamento e contêm cláusulas menos restritivas, além de que, as taxas de juros são, em geral, relacionadas ao prazo de contratação da operação, o que pode tornar mais atrativa a contratação de recursos com prazos menores.

Já para Brigham e Houston (1999), o crédito de longo prazo possui menos riscos e é mais confiável que as fontes de financiamento de curto prazo. Os custos com juros são mais estáveis, e a capacidade de liquidação das dívidas no momento é maior, diminuindo as chances de se chegar à falência, como pode acontecer quando a empresa opta por pesados empréstimos e financiamentos inferiores a um ano.

Independentemente de serem recursos próprios de capital de giro suficientes, insuficientes ou variáveis, questionou se há conhecimento, por parte da empresa, da quantia de recursos que ela necessita em seu capital de giro. Conforme respostas coletadas, 66% das empresas conhecem a quantia necessária em seu capital de giro e 34% não tem conhecimento sobre o assunto. A necessidade de recursos que precisam ser investidos para financiar as operações de uma empresa, denomina-se necessidade de capital de giro. Para Silva (2010), ela é determinada pela diferença entre os ativos e passivos operacionais de curto prazo.

A gestão desses recursos é de extrema importância para as pequenas empresas e ao mesmo tempo, pouco entendida por seus administradores. A gestão ineficiente e o não conhecimento da quantidade de capital de giro necessário para operar, podem danificar oportunidades de negócio e a correta e eficaz condução das atividades (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 2011).

O questionário aplicado, perguntou sobre as finanças de curto prazo da empresa. Solicitou-se, no que diz respeito ao capital de giro e de uma forma geral, como os empresários acreditam estar seu controle, 3% dos respondentes não souberam opinar, 8% reconheceram ter um controle ruim, 23% acreditam estar adequado e a maioria, ou seja, 66% apontaram estar bom, mas ainda ter o que melhorar.

Sobre a administração do disponível, perguntou-se se a empresa faz uso de fluxo de caixa diário, apresentando todas as movimentações de entradas e saídas que ocorrem, foi solicitado que os respondentes assinalassem as afirmações expostas de acordo com o grau de

concordância, sendo estes representados por discordo totalmente, discordo, não concordo nem discordo, concordo, concordo totalmente.

De acordo com as respostas, 2% dos entrevistados discordam totalmente da afirmativa, 16% discordam, e 1% não discorda, nem concorda. Dos que concordaram que fazem uso de fluxo de caixa diário, 36% concordam e 45% concordam em grau máximo com a questão, estes últimos totalizando 71 empresas das 88 entrevistadas. O uso deste instrumento no dia a dia das empresas é essencial no controle eficaz do capital de giro. Assaf Neto e Silva (2010) dizem que todas as movimentações financeiras devem necessariamente estar registradas no fluxo de caixa, pois só assim poderá ser feita uma análise concreta da situação financeira da empresa, o que auxilia nas decisões sobre mudanças, ajustes e possíveis investimentos.

Foi questionado se o ciclo de caixa da empresa é considerado curto e rápido. Diante da afirmação, pode-se verificar que grande parte das micro e pequenas empresas de Nova Hartz, ou seja, 43% dos respondentes desta pesquisa, discordaram e supõe-se, portanto, que possuem um ciclo de caixa longo e demorado. Os demais, 26% e 11% concordaram e concordaram totalmente, respectivamente, que o intervalo de tempo em que a empresa somente desembolsa recursos, sem receber entradas, é curto e rápido. Ainda, 20% das empresas, que representam 18 do total de 88, não opinaram sobre o assunto.

Neste ciclo longo e demorado, de acordo Chiavenato (2005), o capital de giro da empresa não tem condições de girar rapidamente, e a empresa passa mais tempo desembolsando recursos sem entradas, ao contrário do que acontece quando ele é curto e rápido. Cada empresa possui o seu ciclo e é preciso analisar o tipo de negócio e as oscilações do mercado para entender até onde isso pode ser prejudicial à saúde financeira de curto prazo da organização.

Observa-se que, diante da seguinte afirmação sobre administração do disponível “é conhecido e sempre mantido disponível um montante de caixa mínimo”, 45% e 20% das empresas apontaram que concordam e concordam totalmente, respectivamente, sendo assim, um total de 57 empresas das 88 entrevistadas, fazem uso de caixa mínimo em sua administração. Por outro lado, 27% e 6% discordaram e discordaram totalmente e 2% das empresas não opinaram. Manter uma disponibilidade de caixa pode ser interessante para a empresa em diversas situações. Para Brigham e Houston (1999), é importante que se mantenha ativos em moeda suficientes para obter descontos de fornecedores, que costumam oferecê-los para pagamentos antecipados. Também, saldos adequados de caixa e ativos de liquidez imediata podem ser favoráveis para a empresa manter sua classificação de crédito, mantendo os índices de liquidez corrente e seca alinhados aos seus concorrentes, junto a fornecedores e bancos.

Ainda sobre administração do disponível, perguntou-se sobre as movimentações bancárias em nome da empresa. Concluiu-se que estas contas são administradas com a mesma relevância que os valores em caixa e ainda, que há o entendimento de serviços oferecidos e tarifas cobradas pelas instituições bancárias. Diante disso, 49% das empresas concordaram com a afirmação e 17% concordaram totalmente. Por outro lado, 28% e 3% discordaram e discordaram totalmente, respectivamente, e 3% não opinaram.

A maior parte das empresas entrevistadas, o que corresponde a 66% ou 57 do total de 88, que em menor e maior grau apontaram administrar as contas bancárias com a mesma relevância que administram seus valores em caixa, estão de acordo com Assaf Neto e Silva (2012). Para o autor, as movimentações bancárias, através de recebimentos, pagamentos, trocas de cheques, aplicações, empréstimos, também fazem parte da administração do disponível e precisam ser tratadas como tal. Entender a forma como funciona o sistema bancário, quais os serviços oferecidos e quais as tarifas cobradas, é condição primordial para conseguir mais vantagens ao administrar o caixa da empresa.

Sobre a administração de contas a receber perguntou-se se a empresa possui política de análise para concessão de créditos, 7, 21% das entrevistadas, entre menor e maior grau, discordaram disso. Por outro lado, 57% das empresas, concordaram com a afirmação, o que junto com os 22% que concordaram totalmente, formaram 79% ou seja, 69 dos 88 respondentes possuem alguma política de análise para concessão de créditos a seus clientes, o que está em conformidade com o referencial teórico desta pesquisa, que tratou sobre a correta administração de contas a receber.

Para Assaf Neto e Silva (2012), vender a prazo pode ser um investimento para o empresário, que proporciona um volume de vendas maior, e um incentivo para a regularidade de compras. A política de concessão de créditos engloba, portanto, os requisitos mínimos que o cliente deve possuir para que lhe seja concedido o crédito e este possa fazer suas compras a prazo. Para Gitman (2010), no modelo mais comum, analisa-se o caráter do cliente, juntamente com seu histórico de cumprimento de obrigações, a capacidade financeira, o capital que ele possui, as garantias que dispõe, além das condições econômicas, gerais e setoriais. Mas cada empresa deve adaptar a análise de concessão de créditos que se encaixe melhor em seus objetivos, em suas necessidades, e nas dos seus clientes.

Na sequência, questionou-se se a empresa possui política de cobrança, que se constitui de procedimentos a serem seguidos para receber as contas vencidas. Percebe-se que um número significativo entre as empresas não faz uso deste instrumento, pois 40% delas responderam que discordam com a afirmação e 5% discordam totalmente, 1% das empresas não opinaram e, 36% e 18% concordaram e concordaram totalmente, respectivamente.

A política de cobranças é uma parte importante da política de créditos da empresa, que embasa a concessão, a monitoria e a cobrança do crédito. Ela refere-se aos procedimentos que serão seguidos para receber as contas vencidas e pode ser feita através de diversos métodos, como o envio de cartas, telefonemas, ações judiciais, entre outros. Independentemente do método adotado, conforme Brigham e Houston (1999), alguns procedimentos podem tornar-se caros para a empresa, tanto em termos de valores, quanto de perda de confiança no cliente, é, portanto, necessário chegar-se a um ponto de equilíbrio entre os custos e benefícios das diferentes políticas de cobrança, mas não deixar de usar essa ferramenta em suas atividades.

Outra questão feita dentro do tema administração de contas a receber, foi se os prazos de cobrança das vendas da empresa são superiores aos prazos de pagamentos das compras. Estes prazos, conforme Matias (2007), constituem o ciclo financeiro de uma empresa, período de tempo em que ela necessitará de financiamento para suas atividades, e para isso, a necessidade de capital de giro. Das empresas entrevistadas, 52%, e 13%, concordaram e concordaram totalmente, respectivamente, que seus prazos de recebimento das vendas são maiores que os de cobrança das compras. Ainda, 10% dos respondentes não opinaram, 24% discordaram da afirmação e 1% discordou totalmente. A otimização destes prazos é essencial para a saúde financeira da empresa e a maioria das micro e pequenas empresas participantes dessa pesquisa não estão de acordo com isso. Se tratando de necessidade de capital de giro, Silva (2010), diz que o ideal seria que o recebimento das vendas ocorresse antes do pagamento das compras, ou seja, um ciclo financeiro menor possível.

Sobre o índice de inadimplência e sistema de monitoramento de contas a receber, foi perguntado se a empresa considera alto o índice de clientes inadimplentes. Diante disso, a grande maioria das empresas, entre as que responderam concordar e concordar totalmente, 69% delas lidam com a inadimplência em suas atividades, enquanto 29% que discordaram e discordaram totalmente, não consideram o índice alto e 2% não opinaram. Perguntou-se se a empresa possui um sistema de monitoramento de contas a receber, 54%, ou seja, a maioria

dos respondentes discordaram e discordaram totalmente da afirmativa, não possuem um sistema de monitoramento de contas a receber de clientes. Apenas 33% e 13% concordaram e concordaram totalmente, respectivamente, com a afirmativa.

Sobre a administração de estoques buscou-se verificar se as empresas possuem planejamento de estoques, com a seguinte afirmativa “a empresa não tem planejamento de estoques, o que as vezes resulta na indisponibilidade dos mesmos para manter as operações e/ou atender clientes”. A grande maioria das empresas entrevistadas, 79%, incluindo as que discordam e discordam totalmente, possuem algum planejamento de estoques, enquanto 21% delas, em menor e maior grau de concordância, não possuem planejamento de estoques. Por representarem parte do ativo de curto prazo, e com isso relacionarem-se ao controle do capital de giro, os estoques necessitam de uma gestão eficaz. A administração financeira exercida pela maioria dos respondentes, em suas empresas, está de acordo, portanto, com a revisão teórica deste trabalho. Retoma-se que, para Horne (1979), as vantagens de um planejamento de estoques, são inúmeras. A empresa pode obter economias de escala nas atividades de produção e compras, pode atender seus clientes com mais rapidez e aumentar sua flexibilidade de ação.

6. Considerações finais

As operações rotineiras de uma empresa são financiadas por recursos de curto prazo que ela possui, ou ainda decorrente de terceiros. Estes recursos, denominados capital de giro, requerem uma atenção especial por parte da administração financeira. O uso dos instrumentos e ferramentas de capital de giro, que englobam as contas a pagar, a receber, os estoques, a administração de caixa e demais disponíveis, proporciona à organização um controle sólido de suas atividades e com isso, condições para cumprir com seus compromissos, manter-se competitiva, além de servir de base para investimentos mais seguros.

Esta preocupação com a administração do capital de giro, não é direcionada apenas a grandes e estruturadas empresas. Ela precisa existir também nos pequenos negócios. As micro e pequenas empresas, dentre as quais selecionou-se algumas para serem objeto de estudo deste trabalho, fazem parte de um número significativo de organizações formais do país, e apesar do seu porte, desempenham um papel importante na economia brasileira. Por tal relevância, devem ser geridas com base no conhecimento e desenvolvimento de suas finanças, o que inclui, principalmente, os recursos que sustentam as atividades operacionais para a qual a empresa foi constituída.

Com base nisto, esta pesquisa buscou identificar quais instrumentos tem sido utilizados pelos gestores das micro e pequenas empresas de Nova Hartz/RS, na gestão do capital de giro. Para tanto, foi realizada uma pesquisa, através da aplicação de questionário a 88 empresas de micro e pequeno porte, do ramo de indústria e comércio que se localizam na cidade de Nova Hartz/RS. De acordo com os resultados obtidos, percebeu-se que os gestores destas empresas, tem conhecimento do que é o capital de giro e do que ele é composto. Sabem também, mensurar o quanto necessitam destes recursos de curto prazo em seus ciclos operacionais, sendo que quando os recursos próprios não são suficientes para tal, recorrem a fontes externas, tanto de curto, como de longo prazo.

A pesquisa demonstrou que alguns dos instrumentos de capital de giro que foram mencionados no referencial teórico deste trabalho, tem sido utilizados na gestão das micro e pequenas empresas entrevistadas, enquanto outros, precisam de mais atenção por parte dos gestores, pois quando não são utilizados, refletem em toda a administração do capital de giro.

As empresas fazem uso do fluxo de caixa diário, sabem no que consiste o seu caixa mínimo e o mantém para eventuais necessidades, administram suas contas bancárias, que também fazem

parte dos recursos disponíveis, com cautela, possuem ainda política de crédito e política de cobrança. Quanto aos estoques, conhecem seus níveis adequados, bem como seus custos totais e buscam constantemente maneiras de minimizá-los.

Entretanto, o ciclo de caixa, é considerado longo e demorado. Bem como, os prazos de cobrança de vendas e recebimentos de compras, na administração de contas a receber, que não estão controlados. Muitas das empresas também não utilizam monitoramento de contas a receber, e apresentam um índice de inadimplência alto.

Referências

ASSAF NETO, A.; SILVA, C. *Administração do Capital de Giro*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 211 p.

_____. *Administração do Capital de Giro*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 211 p.

BEUREN, I. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. Teoria e Prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRIGHAM, E.; HOUSTON, J. *Fundamentos da moderna administração financeira*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 713p.

CHIAVENATO, I. *Administração Financeira: uma abordagem introdutória*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 116 p.

GIL, A. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas 2002.

GITMAN, L. *Princípios de Administração Financeira*. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010. 775 p.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, E. *Administração Financeira*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 496 p.

LONGENECKER, J; MOORE, C.; PETTY, J. *Administração de pequenas empresas*. São Paulo, SP: Pearson Makron Books, 2004. 868 p.

MACHADO, M.; MACHADO, M.; CALLADO, A.; et al. *Análise dinâmica e o financiamento das necessidades de capital de giro das pequenas e médias empresas*. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos52005/147.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2015.

MATIAS, A. *Finanças corporativas de curto prazo: a gestão do valor do Capital de Giro*. São Paulo: Atlas, 2007. 285p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA HARTZ. Disponível em: <<http://www.novahartz.rs.gov.br/novosite/site/index.php?pagina=internas&exibir=secoes&IDITEM=75>>. Acesso em: 01 out. 2015.

PRODANOV, C.; FREITAS, E. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SEBRAE. *Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira. Julho/2014*. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2015.

_____. *Serviço brasileiro de apoio à micro e pequenas empresas*. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/Micro-e-pequenas-empresas-geram-27%25-do-PIB-do-Brasil>>. Acesso em: 01 out. 2015.

SILVA, J. *Análise Financeira das empresas*. São Paulo: Atlas, 2010. 522 p.

SIQUEIRA, M. *Monografias e teses: Das normas técnicas ao projeto de pesquisa*. Brasília: Consulex, 2005.

VIEIRA, M. *Administração estratégica do Capital de Giro*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 326 p.